



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

61ª REUNIÃO ORDINÁRIA

20 DE JANEIRO DE 2014

ATA

1 Ao vigésimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze, na Sala de
2 Reuniões do Gabinete Ministerial do Edifício Sede da Secretaria de Direitos
3 Humanos, reuniu-se a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,
4 para sua 61ª Reunião Ordinária, sob a Presidência do Sr. Marco Antônio Rodrigues
5 Barbosa. **Presentes:** Sra. Maria do Rosário Nunes – *Ministra Chefe de Estado da*
6 *Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República*; Sr. Marco Antônio
7 Rodrigues Barbosa – *Presidente da Comissão Especial Sobre Mortos e*
8 *Desaparecidos Políticos*; Sr. Belisário dos Santos Junior – Conselheiro
9 Representante da Sociedade Civil; Sra. Diva Soares Santana – Conselheira
10 Representante dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Sra. Amparo
11 Araújo – Conselheira; Sr. João Batista Fagundes – Conselheiro Representante das
12 Forças Armadas; Sra. Maria Eliane de Menezes – Conselheira Representante do
13 Ministério Público Federal; Sra. Eliana Castro – Convidada; Sr. Gilles Gomes –
14 *Secretário Executivo da Comissão*; Sr. Márcio Medeiros Félix – Consultor; Sra.
15 Cristina Schein, Sra. Mayara Martins Sales de Araújo, Sr. Fernando Bruno de Souza
16 – Assistentes da Comissão. **Abertura.** O Presidente da Comissão, Sr. Marco
17 Antônio Rodrigues Barbosa, abriu os trabalhos apresentando os novos membros da
18 equipe de assistência da Comissão. Após, iniciou informe acerca das retificações
19 dos atestados de óbito de mortos e desaparecidos políticos, narrando acerca dos
20 processos de retificação dos assentos referentes a Vladimir Herzog e Alexandre
21 Vanuchi Leme. Após intervenções da conselheira Diva e do conselheiro Belisário,
22 ponderando acerca de quem seria o titular da legitimidade para encaminhar os
23 processos de retificação, se a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos
24 Políticos ou a Comissão Nacional da Verdade, a Ministra Maria do Rosário resgatou
25 o histórico do encaminhamento dos processos de retificação dos assentos.
26 Conforme proposta da Ministra, é importante que a CEMDP e a Comissão da
27 Verdade atuem de forma conjunta nesses casos durante o ano de 2014 para, no

Assinatura

mt

28 momento em que encerrar o mandato da Comissão Nacional da Verdade, em
29 dezembro do corrente ano, a CEMDP retomar plenamente o encaminhamento de
30 tais processos. Após intervenção da Conselheira Maria Eliane, que referiu as
31 dificuldades estruturais da Comissão para encaminhar suas atribuições legais, foi
32 acolhida proposta do Sr. Marco Antônio e do Sr. Belisário, no sentido de serem
33 identificados os casos passíveis de alteração dos assentos, com aprovação pelo
34 plenário da Comissão, para posterior encaminhamento dos processos daquelas
35 famílias que assim o requererem. Portanto, ocorrerá reunião específica da Comissão
36 para avaliar a lista de casos que serão identificados. Os conselheiros Belisário e
37 Maria Eliane ficaram apontados como relatores da matéria. Após, a Conselheira
38 Diva entrevistou questionando sobre o cumprimento da sentença da Corte
39 Interamericana pelo Governo brasileiro, ao que a Ministra Maria do Rosário
40 disponibilizou a possibilidade do Governo brasileiro prestar contas acerca do
41 cumprimento da sentença. A seguir, foi feito informe, pela Ministra, acerca do
42 trabalho de exumação de Arnaldo Cardoso Rocha, que permitiu a descoberta, pela
43 equipe pericial, de prova material que desmentiu a documentação até então
44 existente sobre a morte de Arnaldo, se tornando um marco na busca pela verdade
45 histórica, conforme a avaliação da Ministra. O Sr. Gilles Gomes iniciou informe
46 acerca da constituição do Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense (GAAF).
47 Conforme Gilles, o Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense atuará a partir de
48 um cronograma que será estabelecido em reunião que será convocada nos
49 próximos dias, podendo dar uma resposta a todos os casos em até um ano de
50 trabalho. A seguir, iniciou-se o ponto acerca do balanço do trabalho da Comissão
51 durante o ano de 2013, com a apresentação do documento "*Prestação de contas*
52 *2013 – Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*", pelo Sr. Gilles
53 Gomes. Dentre os objetos da prestação de contas, foi apresentado o site da
54 Comissão, endereço <http://cemdp.sdh.gov.br>. Foi acolhida sugestão da Conselheira
55 Sra. Amparo Araujo para contatar o Instituto Miguel Arraes e resgatar arquivo com
56 dois depoimentos de Miguel Arraes sobre a sua condição de preso e sob ameaça de
57 execução pela Operação Condor, para somar ao acervo do Memorial da Operação
58 Condor, que será inaugurado em 2014, em Porto Alegre. Por sugestão da
59 Conselheira Diva, foi acolhida proposta no sentido de obter informações mais
60 precisas acerca da maternidade de Lia, filha do desaparecido político Antônio
61 Teodoro de Castro. Suscitado pela Conselheira Diva, foi deliberado que seja
62 encaminhado pedido de informações ao Ministério da Defesa acerca dos arquivos
63 referentes à ditadura no Estado da Bahia, que em boa parte foram incinerados e que
64 causam grande dificuldade à investigação das violações cometidas naquele estado.
65 A Conselheira Diva orientará a formulação do pedido de informações. A seguir,
66 foram tratados de temas referentes ao funcionamento da Comissão. O Conselheiro
67 Belisário sugere que os temas da pauta das reuniões sejam sempre disponibilizados
68 com maior antecedência; sugere que por Decreto da Presidenta da República sejam

Belisário

MA

MA

69 instituídos suplentes aos membros da Comissão; também sugere que se estude a
70 possibilidade de serem realizadas reuniões por teleconferência, de modo a facilitar a
71 comunicação entre os membros da Comissão; sugere seja aumentado o prazo de
72 petição pelas famílias, previsto na lei 9.140; sugere seja criada Comissão para
73 acompanhamento da execução da sentença acerca das buscas na região do
74 Araguaia por parte da União; sugere ainda a criação de Comissão, em conjunto com
75 o Ministério Público, para a obtenção de informações sobre arquivos da ditadura;
76 sugere que a Comissão acompanhe a implementação de Memorial junto às
77 instalações da Justiça Militar de São Paulo, que reunirá a memória da advocacia em
78 relação à ditadura militar. A Ministra Maria do Rosário informa que terá de se retirar
79 da reunião a fim de comparecer a outros compromissos, fazendo uma saudação à
80 Comissão e informando que talvez seja a última reunião da Comissão em que
81 participa na condição de Ministra, fazendo um breve balanço do período em que
82 acompanhou, como Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da
83 Presidência da República, os trabalhos da Comissão, apontando que foi um período
84 de avanços e pedindo à Comissão que ajude a constituir uma transição para que no
85 próximo período prossiga a boa relação da Secretaria de Direitos Humanos com a
86 Comissão. A Conselheira Diva traz ainda ao debate a retomada do caso de Adauto.
87 Foi decidido que o tema será pauta da próxima reunião. **Encerramento.** O Sr. Marco
88 Antônio Rodrigues Barbosa agradeceu a presença de todos. Fica desde já aprazada
89 a próxima reunião da Comissão para o dia 18 de fevereiro de 2014, terça-feira,
90 9h30, cuja pauta a ser cumprida é: 1) listagem de casos de mortos e desaparecidos
91 políticos que comportam alteração nos assentos de óbito; 2) aprovação do pedido de
92 informações ao Ministério da Defesa sobre os arquivos da ditadura no Estado da

93 Bahia

94 
95 Marco Antônio Rodrigues Barbosa

96 
97 Belisario dos Santos Júnior

98 
99 Diva Soares Santana

100 
101 Amparo Araújo

102 
103 Maria Eliane de Menezes

104
105 João Batista Fagundes